

## O Brasil na conferência econômica de Londres de 1933: objetivos limitados, resultados pífios\*

*Brazil in the 1933 London economic conference: limited objectives, negligible results*

Paulo Roberto de Almeida\*\*

**Resumo:** O artigo é um ensaio histórico, baseado em fontes primárias e literatura secundária, sobre a participação do Brasil na Conferência Econômica e Monetária Mundial, convocada pela Liga das Nações e realizada em Londres no verão de 1933. A conferência tinha poucas perspectivas de restabelecer o equilíbrio da economia mundial, seriamente abalado depois das crises de bolsa (1929) e financeira (1931) nos países avançados, uma vez que os principais atores, os Estados Unidos em primeiro lugar, revelaram pouca disposição em abandonar políticas nacionais para um acordo abrangente sobre comércio, finanças e câmbio, numa conjuntura em que todos eles haviam abandonado a conversibilidade. O Brasil tinha objetivos limitados, vinculados ao comércio mundial de café e outras matérias-primas, e ao financiamento de suas contas externas, sobretudo a dívida.

**Palavras-chave:** Crise econômica. Liga das Nações. Conferência mundial. Londres. Brasil.

**Abstract:** The article is a historical essay, based on primary sources and historical literature, dealing with Brazil's participation in the World Economic and Monetary Conference, convened by the League of Nations, in London, in the summer of 1933. The meeting had poor perspectives of being successful in recovering from the stock exchange (1929) and financial (1931) crises, as advanced countries pursued national and restrictive policies in trade, monetary and exchange affairs, after abandoning convertibility and gold pattern. Brazil had only limited objectives at that conference, all linked to its exports of coffee and other primary products, as well as debt and external financing.

**Keywords:** Economic crisis. League of Nations. World conference. London. Brazil.

**JEL:** B27. N1. N2. F3. F5. G28. P45.

\* Submissão: 24/07/2019 | Aprovação: 12/08/2021 | DOI: 10.29182/hehe.v24i3.679

\*\* Professor, Relações Internacionais, Ibmec-Brasília | ORCID:0000-0003-2332-6233 | E-mail:pralmeida@me.com



The conference opened with a stout determination to be brilliant and eventful; the hotels were full, the streets beflagged, the programme of entertainments was admirable, and even the English weather seemed to make an effort.

H. G. Wells (1933, p. 117), *The shape of things to come*.

*The Times* [...] alude, hoje, com aplausos, à iniciativa [da delegação brasileira], cujo resultado foi a constituição da comissão [...] que permitirá à conferência arrastar-se até o momento de se adiar sem escândalo.

Telegrama do embaixador Assis Brasil, chefe da delegação do Brasil à conferência de Londres (13 de julho de 1933).

## **Introdução: os objetivos do Brasil na Conferência Econômica de Londres**

A Conferência Econômica e Financeira Mundial foi convocada em 1932 pela Liga das Nações já em meio à Grande Depressão. Duas comissões preparatórias se dedicaram aos seus objetivos em encontros preliminares e em contato, no início de 1933, com os representantes do novo presidente eleito dos Estados Unidos, Franklin D. Roosevelt, que se preparava para assumir suas funções. Cerca de 65 países foram convidados, incluindo representantes de dez países não membros, assim como de organizações internacionais e não governamentais. Seus objetivos, resumidamente, eram os de deixar o terreno exclusivo das dívidas financeiras recíprocas para discutir esquemas suscetíveis de elevar os preços das *commodities*, em profunda queda naquele momento – mas essa era uma demanda dos países produtores, não da Liga –, estimular a demanda mundial e fazer retroceder as barreiras existentes ao comércio internacional (Clavin, 2013). Uma conferência anterior, organizada pela Liga em 1927 para tratar das tarifas alfandegárias e de outros aspectos do comércio internacional, não tinha logrado qualquer êxito.

Ao preparar suas posições para a conferência econômica de Londres, os dirigentes econômicos e diplomáticos brasileiros tinham de partir das condições materiais existentes no país para tentar obter, à margem da Conferência, melhores condições de amenizar as dificuldades prementes com as quais o Brasil se debatia naquela difícil conjuntura de uma Grande Depressão que ainda não era conhecida sob esse conceito. Quais eram essas condições? As exportações dos principais produtos primários, primordialmente o café, tinham decaído a volumes preocupantes, e mesmo que elas se recuperassem paulatinamente, os valores haviam despencado em níveis substancialmente

abaixo das cotações existentes antes do declínio em 1929. Por outro lado, o aspecto mais preocupante para as contas públicas brasileiras consistia na cessação por completo de todos os fluxos de financiamento externo a partir das principais praças financeiras, em primeiro lugar Londres, onde se situava o escritório mais importante dos agentes oficiais do Tesouro brasileiro, desde meados do século XIX: os Rothschild.

Naquele momento não se tinha ainda certeza sobre a eventual recuperação dos mercados para os produtos primários brasileiros de exportação, seja em termos de volumes, seja em termos de preços. Sobretudo, não se tinha ainda uma percepção clara sobre as condições dos mercados financeiros para a eventual retomada dos empréstimos e financiamentos de que carecia o Brasil em moedas fortes (vale dizer, libras e dólares): naquele momento, não se podia imaginar que o Brasil permaneceria por exatos quinze anos, desde 1930 até 1945, sem quaisquer aportes adicionais de recursos em divisas, tendo de negociar duramente uma simples renovação dos créditos anteriormente concedidos ou uma extensão de prazo daqueles vincendos, com alguma redução de juros atrasados sob ameaça de moratória técnica em duas ou três ocasiões. Em função dessa carência de aportes externos, o Brasil havia decretado, desde 1931, não apenas a inconvertibilidade do mil-réis, mas sobretudo o controle do câmbio, uma medida que se julgava temporária, mas que se prolongaria pelo restante do século, praticamente até os nossos dias.

Em outros termos, o Brasil não exibia nenhum entusiasmo pelo lado multilateral da Conferência em si, talvez refletindo, mas involuntariamente, a mesma atitude da administração Roosevelt, recém-iniciada, igualmente desinteressada em resultados reais do encontro de Londres, e bem mais focada nos problemas econômicos internos, que seriam resolvidos por meio de medidas exclusivamente e egoisticamente nacionais. Seu interesse mais restrito estava em conversações paralelas com alguns dos interlocutores ali presentes, o que aliás já tinha começado por uma primeira etapa do percurso da delegação oficial por Washington, para negociações financeiras bilaterais com os credores americanos, em fase de ocupar o lugar privilegiado da Grã-Bretanha desde o início do Brasil independente, a partir de um primeiro empréstimo tomado junto a comerciantes e banqueiros londrinos em 1823. Desde aquela época, a City foi a principal provedora de recursos financeiros ao Brasil, tanto de empréstimos para o funcionamento do governo quanto de investimentos diretos em obras de infraestrutura.

## 1. Uma conferência que tinha tudo para dar errado, e deu

A delegação brasileira designada para participar da Conferência Econômica e Financeira Mundial – chefiada por um velho político, Assis Brasil, que vinha do Império e que tinha obtido ainda maior realce na República, notadamente como embaixador em Washington – chegou a Londres depois de negociações financeiras bem-sucedidas, levadas a cabo em Nova York e em Washington, a partir das quais se manteve um clima de boa vontade em relação aos atrasados brasileiros em certos créditos americanos. A delegação denotava, em sua fase inicial, o mesmo otimismo que transparece numa apreciação de sua abertura pelo famoso escritor H. G. Wells, para quem até o tempo londrino estava colaborando para que ela se tornasse um evento brilhante. Se o clima inglês deixou momentaneamente de ser britânico, outros problemas, de maior importância, obscureceram o ambiente no qual a conferência foi aberta: o abandono do padrão-ouro pelos Estados Unidos, a queda brusca do dólar, que se lhe seguiu imediatamente, e a moratória unilateral alemã, decretada poucos dias antes por Hitler, sobre todas as dívidas de guerra do país; todas essas questões vieram complicar sobremaneira os trabalhos da conferência.

Não obstante, a delegação brasileira, de acordo com telegrama de Assis Brasil relatando sua primeira intervenção na conferência, aberta em 12 de junho, vinha “animada do desejo de contribuir, por atos imediatos, ao sucesso da conferência [...] e tem inteira fé no feliz resultado de seus trabalhos”<sup>1</sup> (Assis Brasil, 2006, p. 222). No entanto, o desenrolar dos trabalhos e seus medíocres resultados fizeram dessa única grande conferência econômica multilateral do entreguerras um “fracasso total e completo”, no julgamento de um historiador econômico (Eichengreen, 1992, p. 317).

De fato, após poucos dias de trabalho, foi possível constatar que ela estava condenada ao fracasso, e assim teve de arrastar-se até um final melancólico, apenas para preencher a sua agenda composta previamente, como aliás revelado no mesmo telegrama de Assis Brasil de 13 de julho, já na fase final da conferência, portanto. Como ocorre com várias outras conferências multilaterais previsivelmente condenadas ao fracasso, quando não se deseja reconhecê-lo de pronto, a solução foi constituir uma comissão qualquer para dar uma aparência de trabalho, sem que se pretendesse realmente chegar a lugar

<sup>1</sup> Telegrama da embaixada em Londres, em 20 de julho de 1933.

algum, conformando aquela velha atitude que, no linguajar coloquial, recebe o nome de “enxugar gelo”. O mesmo H. G. Wells, em sua distopia de uma história do futuro (mas refletindo acontecimentos que se desenrolavam enquanto ele escrevia), traduz a dimensão do fracasso em palavras bem mais acerbas:

A conferência de Londres não ascendeu a um clímax tão dramático quanto a assinatura do Tratado de Paz em Versalhes [em 1919]. Ela não ascendeu a coisa alguma. Ela começou no seu mais alto ponto e declinou firmemente a partir daí. Se Versalhes produziu um monstro, Londres não produziu absolutamente nada. Nunca um começo tão brilhante foi interrompido tão completamente. (Wells, 1933, p. 121)

O fato de a conferência de Londres ter derrapado logo de início deveu-se, em grande medida, às confusas posições dos Estados Unidos, mas também em razão da falta de liderança exercida pelo país anfitrião, ele próprio acabrunhado por um cenário econômico adverso e sem mesmo contar com o apoio político de todos os membros do Império, seja nas questões comerciais, seja nas monetárias. Na primeira demonstração de sua vontade, ou capacidade, de tomar iniciativas concretas para corrigir os seus erros protecionistas, adotados em anos recentes, e as decisões unilaterais tomadas poucas semanas antes no campo monetário e cambial, os Estados Unidos falharam no teste que deveria reaperresentar ao mundo uma nova presidência democrata depois das propostas – também em grande medida fracassadas – de Woodrow Wilson na fase final da Grande Guerra. Privada dessas duas lideranças – inglesa e norte-americana –, a conferência se arrastou na modorra geral durante várias semanas, sem qualquer resultado significativo para as combalidas relações econômicas internacionais.

O fracasso da conferência estava de certo modo encomendado desde a sua convocação e, da mesma forma como o itinerário melancólico da própria Liga das Nações, ele integra o cenário geral de frustrações e impasses das relações econômicas e políticas internacionais no entreguerras, que por sua vez decorria do ânimo muito pouco cooperativo que mantinham entre si as grandes potências. Organizada de maneira improvisada, na sequência dos desastres econômicos que a precederam, entre 1929 e 1931, sua completa falta de resultados concretos revelou a incapacidade da Liga das Nações de gerar suficiente massa crítica para superar os problemas da descoordenação econômica entre essas economias, problemas que continuaram a se manifestar, e até se agravaram, no decorrer do período que ficou conhecido como a grande depressão dos anos 1930.

A agenda, estabelecida previamente por um comitê de organização – integrado pelos representantes do Reino Unido, Alemanha, Bélgica, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Noruega na Liga das Nações – previa a consideração dos seguintes problemas: (1) políticas monetárias e de crédito; (2) preços; (3) retomada dos movimentos de capitais; (4) restrições ao comércio internacional; (5) tarifas e políticas comerciais; (6) organização da produção e do comércio (Bemis, 1965). Não se falaria das dívidas de guerras e das famosas reparações, e tampouco das dívidas intergovernamentais, presumivelmente para evitar os problemas que já tinham condenado à inação o moribundo Comitê de Reparções, e que se manifestavam continuamente nas demais instâncias de discussão dos pagamentos recíprocos. Como para confirmar a escassa ambição dos países, o comitê de organização formulou, em 12 de maio, numa linguagem bastante vaga, um texto de resolução sobre a “trégua alfandegária” que comprometia os países a não adotar, nem antes de 12 de junho, quando seria aberta a conferência, nem durante o seu decorrer, ou seja, até 31 de julho, nenhuma “nova iniciativa suscetível de aumentar as diversas formas de dificuldades que obstam atualmente ao comércio internacional”, mas se acrescentava imediatamente após: “fica entendido que eles [os Estados] se reservam o direito de denunciar este acordo a qualquer momento depois de 31 de julho de 1933, mediante o pré-aviso de um mês à Conferência” (Bemis, 1965, p. 325).

Não havia nenhuma chance, nessas circunstâncias, de que esse texto pudesse, supostamente, servir de base a um projeto mais ambicioso no sentido de estender a trégua aduaneira por período mais longo. De resto, diversos países, nas reuniões preparatórias, notadamente França e Alemanha, não faziam muitos esforços para tentar esconder o nacionalismo crescente de suas políticas econômicas nacionais (Clavin, 2013), para não mencionar as dúvidas que permaneciam sobre as orientações da próxima presidência americana em questões econômicas e financeiras internacionais. O choque mundial causado pela Tarifa Smoot-Hawley já tinha sido suficientemente grande e aumentado o protecionismo comercial exacerbado e geral, desde 1930.

## **2. O contexto econômico da convocação da conferência de Londres**

Os problemas econômicos antecedentes que conduziram, no plano das principais economias avançadas, à conferência de Londres, eram constituídos, não só pelos efeitos dos choques causados pela crise de 1929, pelas quebras

bancárias de 1931 e pela depressão que se seguiu de modo imediato, como também pelas dívidas contraídas durante e imediatamente após a Grande Guerra, em especial aquelas oriundas das reparações impostas à Alemanha como consequência dos acordos de Versalhes, em 1919. Curiosamente, estes últimos problemas estavam ausentes da agenda dos debates em Londres, que se concentraram nas questões de comércio e de moedas, mas, pelo estado de espírito dos principais participantes, e em função do relutante trabalho preparatório efetuado previamente em Genebra, não havia muita esperança de que as discussões conduzissem a acordos duradouros ou muito ambiciosos. Pior, muitos observadores achavam que elas estavam destinadas a um insucesso previsível, dadas as diferenças de concepções doutrinárias e práticas de gestão macroeconômica – ainda que esse conceito não existisse à época – entre as principais potências participantes.

Nem todos, contudo, contavam com o fracasso antecipado da conferência: o mais famoso economista do momento considerou que se tratava de mais uma excelente oportunidade para reiterar suas ideias e propostas sobre como superar o ciclo depressivo mediante uma série de políticas de estímulo da demanda e de redução do desemprego, via intervenção dos governos. Keynes, que já estava acostumado a combinar suas aulas em Cambridge com artigos nos principais periódicos britânicos, propôs ao editor do *The Times* publicar, alguns meses antes da conferência, uma série de curtos ensaios analíticos e prescritivos, antecipando largamente, e sintetizando, suas teses que estavam sendo desenvolvidas sob o pomposo nome “A teoria monetária da produção”, mas que depois se transformariam no embrião da *Teoria geral*. Depois de publicados no *Times*, os artigos foram coletados num novo panfleto, *The means to prosperity*, destinado a atrair a atenção dos ministros e dos economistas que estavam viajando para a Conferência de Londres. “Se tratava do mais persuasivo, disciplinado e claro relato de suas ideias imaginativas até então expressas, que continha todos os elementos que iriam se tornar conhecidos como ‘Keynesianismo’” (Wapshott, 2011, p. 133).

Menos contundente, talvez, do que o panfleto de 1919, *As consequências econômicas da paz*, obra na qual ele previa uma provável nova catástrofe podendo derivar da enorme carga atribuída à Alemanha a título de reparações de guerra, *The means to prosperity* veio a público quase ao mesmo tempo em que Hitler era designado chanceler da Alemanha, em janeiro de 1933, circunstância intimamente conectada com os problemas tratados em ambos os panfletos, e que constituíam uma preocupação política permanente em Keynes, desde

o Tratado de Versalhes, em relação ao qual ele profetizou seus prováveis efeitos catastróficos. Hayek expunha, no mesmo momento, ideias completamente opostas às de Keynes quanto às origens da deflação, o que não impedia este último de ser a estrela do momento (Wapshott, 2011). Hayek, ao lado de Mises, sempre foi contrário ao ativismo dos governos no tratamento das recorrentes crises econômicas, preferindo que elas fossem reabsorvidas pela própria dinâmica dos mercados, que eles imaginavam fosse o caminho mais curto para a retomada dos negócios, uma vez que os governos tendiam a prolongar os seus efeitos (Jones, 2012). Nesse mesmo início de janeiro de 1933, o economista britânico enviou uma cópia de *The means to prosperity* ao presidente Roosevelt, que estava se preparando para assumir o governo, e já planejava uma série de grandes obras governamentais para combater o desemprego nos Estados Unidos (Wapshott, 2011). “Roosevelt pode não ter entendido o Keynesianismo, ou aplicado conscientemente as suas prescrições, mas os funcionários jovens de sua administração muito certamente o fizeram” (Wapshott, 2011, p. 170).

Mas cabe examinar novamente como se chegou aos impasses do início dos anos 1930 e por que se decidiu convocar uma conferência econômica mundial que muitos julgavam estar de antemão fadada ao fracasso, como aliás já se descortinava num encontro preparatório precedente, realizado em Lausanne, na Suíça, em junho de 1932, entre um número seletivo de protagonistas; foi quando se tomou a decisão de convocar, em nome da Liga das Nações, uma conferência aberta a todos os seus membros e mesmo a alguns observadores, entre eles o Brasil, que havia abandonado a Liga em 1926, como os próprios Estados Unidos, que nunca tinham aderido a ela, por oposição de um Congresso republicano a uma construção julgada idealista demais pelo democrata Wilson.

Nos primeiros quatro anos após os arranjos de Paris e Versalhes, uma Comissão de Reparações (sem a presença de representante dos Estados Unidos, que no entanto eram credores da maior parte dos países aliados) tentava impor à Alemanha um valor global para as reparações de guerra, fixado, no início de 1921 em cerca de 20 bilhões de marcos-ouro, ou o equivalente, na época, a US\$ 5 bilhões (equivalentes a um valor entre US\$ 52 e 65 bilhões de 2013, segundo o deflator do PIB ou o índice de preços ao consumo dos Estados Unidos). Desse montante, a França deveria ficar com 52%; o Império Britânico, 22%; a Itália, 10%; a Bélgica, 8%; e os demais vencedores dividindo os 8% restantes. Nesse mesmo ano, a Alemanha declarava que já tinha pago o valor demandado de 20 bilhões de marcos-ouro, sob a forma de carvão, de



material ferroviário ou outros bens, e que pagamentos adicionais deviam ser suspensos até que um montante definitivo de reparações pudesse ser determinado.

Os membros da Comissão estimavam, no entanto, que a Alemanha ainda devia 60% da meta dos 20 bilhões de marcos-ouro. No impasse, a ocupação da zona industrial da Alemanha do Ruhr se estendeu e barreiras alfandegárias foram impostas aos produtos alemães da região mais rica do país. “O Ruhr era o verdadeiro coração da indústria alemã, produzindo 80% do carvão, do ferro e do aço do país, sendo responsável por 70% do tráfico comercial ferroviário” (Langsam, 1948, p. 151). Em abril de 1921, a Comissão de Reparações elevou ainda mais o montante devido pela Alemanha, estipulando-o em 132 bilhões de marcos-ouro (ou US\$ 32 bilhões, mais juros; algo equivalente entre US\$ 1,3 a 1,7 trilhão de 2013). Situa-se o início da hiperinflação alemã dos anos 1922 a 1923. Os próprios aliados estavam indecisos em torno da questão, mas a França decidiu aplicar a sua própria política de “grande porrete”: em janeiro de 1923, suas tropas (inclusive africanos), junto com forças da Itália e da Bélgica, estenderam a ocupação na região; a Grã-Bretanha recusou-se a participar da aventura. Um alemão proeminente chegou a declarar que “dois homens tinham unido o povo alemão: Bismarck em 1871, e Poincaré em 1923” (Langsam, 1948, p. 151). A região ficou simplesmente paralisada a partir de então, com prisões e migrações internas aumentando o clima de desconforto entre todos os envolvidos no conflito. Em agosto de 1923, o marco já estava cotado a cinco milhões por dólar, e continuava despencando.

A Comissão de Reparações voltou a se reunir em novembro de 1923 para fazer o levantamento dos haveres e obrigações alemãs, em face dos enormes problemas com que se debatiam as autoridades do Reichsbank para conseguir estabilizar o Reichsmark. A solução encontrada por Hjalmar Schacht, novo presidente do banco desde esse mês, foi a introdução de uma nova moeda, o *Rentenmark*, lastreada em ouro, que substituiu a velha moeda, passando esta a servir de papel de parede. Em abril de 1924, um comitê mais restrito, integrado apenas pelos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Itália e Bélgica, concluiu que os investimentos externos da Alemanha totalizavam perto de US\$ 1,5 bilhão, a que se acrescentavam cerca de US\$ 300 milhões em divisas detidos no próprio país. Schacht, porém, opunha-se vigorosamente aos pagamentos devidos aos aliados. Em consequência, um novo esquema de pagamentos foi estabelecido em 1924, por iniciativa americana,

sob a liderança do financista Charles Dawes, que tentou limitar os fluxos de pagamentos da Alemanha, fixados inicialmente à razão de um milhão de marcos-ouro por ano, chegando a 2,5 milhões até 1929, mas variando em função de um “índice de prosperidade” a ser estabelecido entre 1927 e 1929.

Não se conseguiu, contudo, estabelecer um novo texto para as indenizações, com o que o limite fixado em 1921, de US\$ 32 bilhões, permanecia teoricamente em vigor. Em todo caso, a Alemanha obteve a desocupação do Ruhr e certo grau de soberania financeira e monetária. Em 1928, novas reuniões do Comitê de Reparações não conseguiram se entender sobre a continuidade dos pagamentos devidos. Novamente um grupo liderado por um representante dos Estados Unidos, Owen Young, tomou a frente das discussões, as quais opunham não apenas a Alemanha aos aliados, já que ela pretendia limitar suas anuidades num teto bem abaixo do padrão Dawes, mas também os aliados entre si, com sérias diferenças entre a Grã-Bretanha e a França sobre a forma como deveriam ser continuadas as amortizações. Depois de meses de trabalho, no decorrer de 1929, o novo plano Young previa um pagamento total de 34 bilhões de marcos-ouro, ou o equivalente a US\$ 8 bilhões, por um período de 58 anos (que se estenderia, portanto, até 1988), com juros de 5,5% sobre os títulos emitidos pelo Reichsbank para pagar as indenizações. Do valor total das amortizações, a França ficaria com mais da metade das anuidades e a Grã-Bretanha com cerca de um quinto; para administrar todo o processo foi estabelecido o Banco Internacional de Compensações (BIS, em sua sigla em inglês), com sede na Basileia, Suíça. Seu ato constitutivo foi finalmente assinado em janeiro de 1930, e se esperava que o banco, coordenando as ações dos diversos bancos centrais envolvidos, promovesse a estabilização gradativa das relações financeiras internacionais dos países membros (Langsam, 1948).

O próprio Schacht, no entanto, renunciou logo após à presidência do Reichsbank, por se opor à continuidade das reparações (Langsam, 1948). Em menos de dois anos, sob o impacto da crise generalizada, os pagamentos sob o Plano Young também foram suspensos, e a Alemanha entrou em convulsões políticas que levariam, em mais um ano, à vitória eleitoral dos nazistas. No intervalo, em março de 1931, a Alemanha e a Áustria concluíram um tratado de união aduaneira, prelúdio ao *Anschluss*, ou anexação, que ocorreria mais adiante. Pouco depois disso, o Kredit Anstalt, maior banco austríaco, à razão de  $\frac{3}{4}$  de todo o sistema bancário do país, tornava-se insolvente, precipitando novo pânico financeiro que logo se estendeu a outros países europeus.

O presidente dos Estados Unidos, Hoover, tomou a iniciativa de propor, em junho de 1931, uma moratória de um ano sobre todos os pagamentos de dívidas intergovernamentais (Bartlett, 1970), ao que a França retrucou que tal medida não deveria afetar os pagamentos devidos pela Alemanha sob o Plano Young (1929). Incidentalmente, em sua declaração, o presidente Hoover tinha deixado claro que sua proposta não afetava em nada o pagamento de reparações derivadas da guerra: estas eram “um problema inteiramente europeu com o qual não temos qualquer relação.” Mas ele também enfatizava que “não aprovava, em nenhum sentido, o cancelamento das dívidas que nos são devidas” (Bartlett, 1970, p. 506).

Nessa altura, as dívidas aliadas para com os Estados Unidos alcançavam mais de US\$ 10 bilhões, sendo 41% devidos pela Grã-Bretanha, 33% pela França e 16% pela Itália. Colocada em vigor provisoriamente, em meados de 1931, a medida não impediu que a Grã-Bretanha decretasse a suspensão da conversibilidade da libra em ouro em setembro. Estava armado o cenário para mais uma séria crise financeira internacional. Niall Ferguson dá uma ideia da amplitude da crise financeira nesse período ao colocar numa tabela a proporção do valor dos ativos externos em relação ao PIB mundial: de um volume de 18,6% em 1900 e de 17,5% em 1913, essa proporção cai a meros 8,4% em 1930 e à metade disso ao final da Segunda Guerra, para crescer continuamente depois, até atingir 57% em 1995 (Ferguson, 2007).

Foi justamente para decidir o que fazer, depois de um ano de aplicação da moratória Hoover, que os principais países se reuniram em Lausanne, na Suíça, em junho de 1932. Entre advogados da continuidade dos pagamentos e proponentes do cancelamento, total ou parcial, das obrigações, a reunião também terminou em fracasso, não sem antes decidir convocar a Conferência Econômica e Financeira Mundial, que deveria ser realizada em Londres, em junho do ano seguinte. No mesmo mês de 1932, representantes de diversos bancos centrais se reuniram no *Bank of England*, os americanos já com o temor de que essas conversações inibissem a implementação do programa de recuperação de Roosevelt, em preparação. Em outubro de 1932, por conseguinte, o *board* do Federal Reserve System – o “banco central” dos Estados Unidos – decidiu não mais enviar representantes a qualquer uma das reuniões preparatórias da Conferência, porque pretendia “evitar algum embaraço aos bancos centrais ou alguma invasão em seus terrenos de atividade” (Clavin, 2013, p. 117).

### 3. O cenário da crise antes do início da Conferência Econômica e Financeira

A parte V da ata final do encontro de Lausanne continha um convite da Liga das Nações para essa conferência mundial, cujos peritos prepararam, no final de 1932, um relatório descritivo da calamitosa situação econômica da maior parte dos países:

[...] os preços das mercadorias no atacado – expressos em ouro – declinaram cerca de um terço desde outubro de 1929; os preços das matérias primas caíram 50 a 60% na média. Em meados de dezembro [de 1932] o preço do trigo caiu ao menor valor registrado em todos os mercados primários de trigo nos últimos quatro séculos. [...] Os estoques mundiais de produtos agrícolas e dos demais produtos primários continuam a se acumular. O índice dos estoques mundiais para 1932 é o dobro do que era em 1925. [...] A produção industrial caiu drasticamente, especialmente em bens de capital [...]; a indústria siderúrgica dos Estados Unidos encontra-se operando a 10% apenas de sua capacidade. (AHD, Relatório do Cônsul Geral Joaquim Eulálio, sobre os preparativos da Conferência Econômica de Londres, 25/04/1933, p. 15) (Referência)

O *World Economic Survey* (1932-1933), da Liga das Nações, registrava que “estimativas independentes concordavam em que, em 1932, o nível da produção industrial no mundo tinha caído abaixo daquele de 1913”.<sup>2</sup> Os peritos da Liga das Nações continuaram a desfilarem o espetáculo de horror econômico:

Como resultado da queda nos preços e a baixa nos volumes de produção e de comércio, se estima que a renda nacional de muitos países caiu em mais de 40%. [...] Apenas um número reduzido de países mantém agora sistemas monetários baseados no padrão ouro livre de controles. Cerca da metade dos países do mundo estão fora do padrão ouro, e perto de 40 países impuseram restrições cambiais. (Langsam, 1948, p. 170)

A própria Grã-Bretanha tinha introduzido, em 1932, uma tarifa mínima de 10% sobre todas as importações, com exceção de alguns poucos produtos primários (como algodão, lã, carne, peixe e trigo). Logo em seguida, uma nova lei autorizou o incremento de tarifas contra países que discriminassem contra produtos britânicos. A reunião da Commonwealth em Toronto, em

<sup>2</sup> Citado em Langsam (1948, p. 169-170).

meados desse ano, tinha resultado numa série de acordos comerciais que reforçaram o sentido de proteção e de preferências entre os membros da própria comunidade. A França ainda permanecia no padrão-ouro, ao qual ela tinha retornado em 1928, mas tendo antes efetuado uma desvalorização significativa do novo franco (chamado de Poincaré, do nome do primeiro-ministro), ademais de um calote ainda mais significativo nos detentores de títulos da dívida nacional emitidos no período anterior à guerra e durante a Grande Guerra.

Três meses antes de ter início a Conferência, a embaixada em Londres enviava ao ministro Afrânio de Mello Franco um longo ofício (nº 72, reservado, datado de 1º de março de 1933), relatando a “situação financeira da Inglaterra” (sic). Assinado pelo conselheiro Carlos Taylor, e não pelo embaixador Régis de Oliveira, o expediente se dedicava, em sete densas páginas, a descrever o estado material e o perfil psicológico e político dos dirigentes britânicos antes do início da conferência que se imaginava poder restaurar a ordem econômica mundial. Seu autor divide a análise pelos três grandes problemas que estavam afetando o país em cada um dos anos considerados, a partir de 1931: esse foi “o ano da supressão do ‘gold standard’ no país, [...] originando com a diminuição do capital privado a redução dos créditos ingleses e consequente aumento das dívidas inglesas no estrangeiro, a inflação forçada” (Ofício 72, 1933, p. 1). O ano de 1932, segundo o autor, “foi o ano das dívidas de guerra, o primeiro na história da Inglaterra em que por um momento se pode admitir a possibilidade de uma recusa de pagamento (default) por parte do país credor por excelência” (Ofício 72, 1933, p. 2). Chocou o país “a entrega da primeira Nota americana exigindo o pagamento de prestação de 15 de dezembro último [1932], ou, ainda pior, negando o pedido expresso na primeira Nota inglesa, de uma moratória” (Ofício 72, 1933, p. 2). Não se esperava tampouco o cumprimento do próximo prazo para o pagamento de nova prestação das dívidas bilaterais, fixado para julho de 1933, confiando o governo britânico num entendimento anglo-americano com o novo governo do presidente Roosevelt.

No ofício se faz referência igualmente, em relação ao mesmo ano de 1932, aos acordos de Ottawa, estabelecendo as preferências comerciais para os membros da Commonwealth, mas a avaliação de seus resultados é basicamente negativa:

Entretanto, não só não trouxeram os acordos de Ottawa, até agora, nenhum dos benefícios publicamente anunciados, como: aumento

da exportação, que já vimos beneficiada pela moeda fraca; diminuição dos desempregados, que constituem o verdadeiro problema social do país; barateamento das matérias primas, etc., mas, pelo contrário, a barreira econômica criada em torno do Império prejudicou igualmente os interesses dos países que negociavam com os Domínios, Colônias e Protetorados ingleses, além da própria metrópole. (Ofício 72, 1933, p. 3)

Finalmente, o grande acontecimento para o ano de 1933, esperado com ansiedade pelo governo britânico, era a realização da própria Conferência Econômica Mundial, sobre a qual se depositavam grandes esperanças: estas, ou seja,

[...] as concessões inevitáveis a serem feitas à Inglaterra pelos seus credores americanos [...] constituirá, muito provavelmente, a tarefa do próximo Congresso [sic] Econômico Mundial e, do mesmo modo que abolição do “gold standard” foi o acontecimento mais importante da vida financeira da Inglaterra em 1931 e as dívidas de guerra o do ano de 1932, a mencionada reunião internacional o será, decerto, do ano corrente. (Ofício 72, 1933, p. 7)

De volta ao posto, pouco antes da abertura da Conferência Econômica Mundial, o embaixador Régis de Oliveira assinava um ofício, em 31 de maio (nº 217), sobre a “cláusula-ouro na jurisprudência universal”, no qual refletia sobre as consequências para o Brasil da decisão da corte da Haia no sentido de confirmar o pagamento em ouro das dívidas contraídas em antigos empréstimos feitos por estados e municípios junto a banqueiros franceses. Depois da reforma monetária feita na França em 1928, substituindo o “franco Germinal” – desvalorizado por anos de emissões inflacionistas do próprio governo, durante e após a Grande Guerra – pelo novo “franco Poincaré”, indexado ao ouro – mas devidamente depreciado em uma paridade substancialmente inferior àquela em vigor até 1914 –, o Brasil pretendia honrar essas obrigações pelo seu valor nominal no novo franco papel, e não no seu equivalente em franco ouro; tal tentativa foi recusada pelo tribunal internacional da Haia ainda em 1929, determinando este que o Brasil cumprisse com seus compromissos na cláusula ouro.

A razão de o ministro em Londres ter voltado ao assunto, às vésperas da conferência de Londres, deu-se justamente pelo fato de o presidente Roosevelt ter decidido, pouco antes, desvincular o dólar do padrão-ouro vigente, dando assim um calote potencial de praticamente 50% nos detentores de obrigações do Tesouro americano. Régis de Oliveira acreditava que o abandono oficial

pelos Estados Unidos do padrão-ouro seria incluído “no programa da próxima Conferência Econômica de Londres” (Ofício 217, 1933, p. 1). O ministro acreditava que “a opinião inglesa” – provavelmente pelo fato de os banqueiros da City terem milhões de libras emprestadas em todo o mundo – “não se tem mostrado favorável à ação assim iniciada pelos Estados Unidos. Na defesa dessa ideia, a imprensa londrina se tem valido de vários argumentos e, entre estes, da decisão do Tribunal de Haia sobre os empréstimos brasileiros libelados em ouro” (Ofício 217, 1933, p. 2). Ele remetia em anexo ao ofício um artigo do *Financial Times* (de 19 de maio de 1933), no qual “a dita decisão é estudada e comentada minuciosamente no sentido da obrigatoriedade do pagamento em ouro das obrigações assumidas em ouro”.

Régis de Oliveira terminava seu ofício de forma exageradamente otimista, afirmando que eram “estas duas grandes teses que se enfrentarão de certo nas próximas discussões da Conferência Econômica”. Mal ele podia imaginar que o assunto passaria longe dos poucos e modestos acertos da conferência, implodida desde o início pela decisão dos Estados Unidos de não discutir questões cambiais antes de algum acordo no capítulo comercial, e de não assumir nenhum compromisso nesta vertente antes de uma recuperação nos “preços internos” dos mercados agrícolas e industriais. A tão esperada conferência caminhava para um fracasso não previsto, mas bastante provável.

#### **4. Os Estados Unidos esfriam o ambiente logo no início**

A conferência foi aberta em 12 de junho, com a participação de 67 países, a maior parte dos quais já em ruptura com o padrão-ouro, ou aventando justificativas legais para desvalorizar suas moedas mesmo mantendo um vínculo formal com o metal, como era o caso dos Estados Unidos. Os grandes temas em discussão, dívidas e reparações à parte, eram os da política monetária e os da remoção de barreiras ao comércio livre entre os países. Um “bloco do ouro”, ou seja, de países ainda aderentes ao padrão metálico (França, Itália, Suíça, Países Baixos e Holanda) condicionou qualquer discussão sobre a redução das barreiras comerciais à estabilização das paridades cambiais, enquanto os Estados Unidos, que tinham acabado de se desvincular temporariamente do ouro, diziam que só poderiam cooperar em qualquer medida tendente à estabilização cambial depois que os preços internos conseguissem sair da deflação que enfrentavam então. Em outros termos, o presidente

Roosevelt colocava a situação econômica interna dos Estados Unidos acima de qualquer outra consideração no plano externo. Essa posição não era do agrado do seu próprio Secretário de Estado, Cordell Hull, um internacionalista convencido e oposto ao nacionalismo econômico da maior parte dos seus parceiros nos demais países.

A despeito de suas concepções multilateralistas e de um credo econômico efetivamente liberal, Hull teve de equilibrar-se entre o seu próprio internacionalismo de convicção e o nacionalismo pragmático de seu presidente. Logo na abertura da Conferência, ele ofereceu uma alta concepção de seus propósitos, mas também uma visão preocupante do mundo: o “sucesso ou fracasso desta conferência representam o sucesso ou o fracasso do estadismo [*statesmanship*] em todos os lugares”; num “mundo dominado pelo pânico”, “pessoas desesperadas em cada país”, “políticas econômicas desagregadoras”, há necessidade “de um espírito de cooperação [...] que possa trazer esperança para os milhões de seres aflitos em todo o mundo” (*The New York Times*, 15 de julho de 1933).<sup>3</sup>

Mas, a despeito de sua condenação de princípio do nacionalismo econômico, ele teve de defender as medidas adotadas pouco antes por seu presidente, que iam todas na direção dos interesses nacionais dos Estados Unidos. “Todo país pode”, declarou ele no dia seguinte, “se acomodar de alguma forma dependendo quase inteiramente de seu próprio mercado interno. Mas esse processo, entretanto, implica a reconstrução de toda a sua economia doméstica. Na agricultura isso significa reduzir a superfície utilizada; na indústria a redução da produção” (*The New York Times*, 16 de julho de 1933). Mas, como complementou Beard (1966, p. 423), “esse era precisamente o programa colocado em vigor pelo presidente Roosevelt e adotado pelo Congresso”, por meio de medidas como a lei da Reconstrução Industrial Nacional, a de Ajuda Agrícola, a resolução sobre a desvinculação do ouro, a supervisão dos negócios com títulos mobiliários e outras medidas de complementação legislativa.

A confusão começou logo em seguida, quando a delegação americana submeteu à comissão econômica da Conferência, no dia 17 de junho, um memorando sobre tarifas, propondo sua redução por meio de acordos multilaterais numa linha horizontal de 10% de rebaixa, a liberalização correspondente nas restrições não tarifárias às importações, a regulação das cotas e sistemas de licenciamento, uma extensão do armistício tarifário e o estímulo a

<sup>3</sup> Citado por Beard (1966, p. 421-422).



que todos os países concluíssem acordos comerciais bilaterais sobre a base da cláusula NMF irrestrita e incondicional (*The New York Times*, 18 de julho de 1933). A “proposta” gerou restrições na própria delegação americana, tendo um senador negado que a sugestão de uma redução geral de tarifas à razão de 10% representasse a posição dos Estados Unidos. “Assessores técnicos”, disse o político, podiam ter formulado ideias para serem incluídas na agenda de trabalhos da comissão, mas as “sugestões” não estavam sendo “oficialmente” apresentadas pela própria delegação. O incidente foi mais uma evidência das divisões existentes no próprio partido democrata e no governo americano, o que levou o *The New York Times* a declarar em editorial do dia 21 de junho que “a essência disso é que a atitude oficial de Washington indica um sério conflito entre o internacionalismo e ‘nossos programas econômicos nacionais’. [...] Mais cedo ou mais tarde vamos ter de decidir qual dos dois vamos seguir”.<sup>4</sup>

Parecia evidente que, nessas circunstâncias, a Conferência estava condenada à inocuidade, como escreveu Beard (1966, p. 425): “A partir do momento em que o conflito foi levado a público pela publicação do memorando sobre propostas tarifárias, ele afetou todas as questões até que se chegou ao clímax da questão da estabilização monetária”. Essa não foi a única causa do fracasso da conferência, contudo: a postura também agressiva do “bloco do ouro” – em especial da França, dos Países Baixos, da Itália e da Bélgica –, que colocava a questão da estabilização monetária na frente de qualquer outro item da agenda, também contribuiu para desmontar qualquer possibilidade de acordo final na conferência.

O próprio presidente Roosevelt tentou, mais adiante, em 1º de julho, remediar a situação, mas de modo muito pouco conveniente:

Eu veria isso [o impasse na conferência] como uma catástrofe equivalente a uma tragédia mundial se a grande conferência de nações [...] fosse permitir que elas próprias divergissem por uma proposta puramente artificial e uma experiência temporária afetando o regime monetário e cambial de apenas algumas nações [...]. (*The New York Times*, 4 de julho de 1933)

E, para confirmar que a situação interna dos Estados Unidos lhe importava mais do que um arranjo internacional, continuou de modo ainda mais autocentrado: “O sistema econômico interno equilibrado de uma nação é um fator mais importante no seu bem-estar do que o preço de sua moeda

<sup>4</sup> Citado por Beard (1966, p. 425).

em termos de intercâmbio com as moedas de outras nações” (*The New York Times*, 4 de julho de 1933).<sup>5</sup>

Roosevelt fez mais do que isso, dizendo que já era tempo de o mundo colocar um fim ao “velho fetiche do padrão-ouro dos assim chamados banqueiros internacionais” (Roosevelt *apud* Clavin, 2013, p. 120).<sup>6</sup> O impacto sobre os conferencistas do que foi chamado de *bombshell message* do presidente americano foi dramático (Clavin, 2013).<sup>7</sup> Roosevelt aderiu aqui à concepção que Keynes havia externado certo tempo antes no seu *Tract on monetary reform* (1923), segundo a qual “o padrão-ouro é uma relíquia bárbara” (Keynes *apud* Ferguson, 2007, p. 393). Apesar disso, a maior parte das grandes economias envidou esforços para retornar ao padrão ouro no entre-guerras, depois de uma suspensão quase universal durante a Grande Guerra.

Depois dessas cenas explícitas de nacionalismo econômico, a conferência já não tinha muitas chances de lograr qualquer resultado prático. O discurso do representante britânico, ministro do Exterior Chamberlain, tampouco permitiu inverter o ânimo dos delegados: ao colocar, como outros representantes europeus, a estabilização do câmbio à frente das restrições causadas pelo protecionismo comercial, ele simplesmente inverteu a ordem dos fatores, sem necessariamente oferecer um terreno de entendimento entre essas duas posições tão díspares. Daí para a frente, a conferência se arrastou numa sucessão de trabalhos em comissão e em grupos de trabalho sem que deles resultassem acordos efetivos em qualquer um dos assuntos inscritos na agenda.

## 5. A participação do Brasil na conferência de Londres

No tocante ao Brasil, as divisões internas também tinham o seu peso no desempenho da delegação. Logo no início da conferência, o problema da direção efetiva dos trabalhos manifestou-se entre Assis Brasil e o embaixador em Londres, Régis de Oliveira; este já tinha servido sob as ordens de Assis Brasil, na legação em Washington, mais de três décadas antes, mas ali ele estava em pé de igualdade, por assim dizer. O decreto de nomeação, emitido em 25 de maio pelo ministro da Fazenda Oswaldo Aranha e transmitido a Washington pelo Itamaraty no dia seguinte, em aviso reservado, designava ambos como “delegados plenipotenciários”. Qualquer divisão da capacidade

<sup>5</sup> Citado por Beard (1966, p. 427).

<sup>6</sup> Clavin (2013) cita o volume de 1933 do *Foreign relations of the United States* (p. 673-674).

<sup>7</sup> Clavin (2013) o aborda em uma seção apropriadamente intitulada “The End of the Party” (p. 120-121).

de poder decisório, sobretudo em questões complexas como operações de guerra ou em conferências, como aquela, com uma agenda de discussões relativamente aberta, não é uma receita satisfatória para uma boa condução dos trabalhos; essa dificuldade ficou manifesta desde a chegada de Assis Brasil em Londres. Em 17 de junho, o embaixador Régis de Oliveira transmitia o seguinte telegrama a pedido de Assis Brasil:

A minha resolução de passar a chefia da missão a Régis de Oliveira obedece, exclusivamente, à conveniência de serviço. Antes, porém, de comunicar a Vossa Excelência [o chanceler Afrânio de Mello Franco], acabo de receber telegrama do ministro da Fazenda, transcrevendo o telegrama de Vossa Excelência a Régis de Oliveira, do qual se poderia suspeitar haver algum atrito entre nós. Tenho a satisfação de comunicar a Vossa Excelência que nada há. [...] Acabamos de conversar. Informou-me haver telegrafado a Vossa Excelência, pedindo dispensa por ser eu oposto à chefia dupla. Julgo necessário afirmar essa minha opinião, que é também a dele, e que, sendo de bom senso, será decerto a de Vossa Excelência. [...] Rogo transmitir ao ministro da Fazenda os agradecimentos pela sua nova gentileza. Assis. (Assis Brasil, 2006, p. 221)

Oswaldo Aranha continuava, portanto, a sustentar o seu amigo gaúcho, mesmo sob risco de alguma descoordenação na condução dos trabalhos da delegação. Naquele mesmo momento, a delegação do Brasil estava apresentando uma declaração escrita de adesão à trégua aduaneira, que era uma maneira de a conferência tratar da questão das tarifas pelo simples congelamento das posições mantidas no momento – postura que no linguajar gattiano posterior seria conhecida por *stand still* – em lugar de se engajar em longas e difíceis negociações bilaterais ou plurilaterais pela sua redução, esforço que já tinha fracassado anteriormente em várias reuniões da Liga das Nações no decurso da década anterior. Em todo caso, à margem da conferência, em conversações bilaterais e entendimentos paralelos, diversos outros temas, especialmente os de intercâmbio, eram discutidos pela delegação do Brasil com diversos parceiros comerciais tradicionais, como a Alemanha, mas também com a própria União Soviética, com a qual o Brasil não mantinha relações diplomáticas (desde, aliás, o não reconhecimento do novo regime, no final de 1917). Antes disso, a delegação teve a oportunidade de fazer, no dia 19 de junho, o seu primeiro pronunciamento formal sobre a postura do Brasil naquele encontro. Quando ela o fez, porém, o ambiente já era francamente pessimista.

Assis Brasil começou, de modo inverso ao que tinham feito os Estados

Unidos, a demarcar o espírito internacionalista do Brasil, afirmando que era “preciso que cada nação compreenda que o melhor meio de defender os seus próprios interesses não é procurar diminuir o poder aquisitivo de outras nações, mas sim ajudá-las a prosperar”<sup>8</sup> (Assis Brasil, 2006, p. 222). Ele expôs, em seguida, o que o Brasil tinha feito e deixado de fazer:

O Brasil não recorreu a nenhuma medida restritiva ao comércio internacional, [mas ele agregava a condicionante] que não lhe fosse imposta por circunstâncias alheias à sua própria vontade. Neste momento não existem em nosso país nem proibições, nem limitações, nem quotas de importação e, muito menos, quaisquer medidas de represália aduaneira. (Assis Brasil, 2006, p. 222)

A razão dessa não adoção de restrições dirigidas ao comércio, como sugerido imediatamente após, é que as elas se faziam do lado cambial, como explicou Assis Brasil no seguimento de seu discurso de posição:

Estabelecemos o controle do câmbio, mas essa medida foi a consequência da diminuição, tanto na quantidade, como no valor das exportações brasileiras, de que resultou a diminuição das nossas disponibilidades em letras de câmbio. É preciso, porém, acentuar que o Brasil só decretou essa medida para facilitar o comércio internacional. Com efeito, desde que o controle de câmbio foi instituído, todas as nossas disponibilidades em moedas estrangeiras, provenientes das nossas exportações, ou do reduzido afluxo de capitais, foram aplicadas precipuamente em necessidades correntes de importação. Só depois de satisfeitas essas necessidades é que as nossas disponibilidades de câmbio foram utilizadas para atender ao serviço do capital estrangeiro, empregado no país, e, só em último lugar, consentimos em transferências para satisfazer às necessidades de brasileiros residentes no estrangeiro, ou desejosos de viajar antes do estabelecimento desse controle. (Assis Brasil, 2006, p. 222-223)

Depois de elaborar mais um pouco sobre a normalização das operações financeiras, Assis Brasil passou a discorrer sobre as “condições naturais do país”, segundo ele bem mais favoráveis do que em outros países afetados pela redução do comércio internacional:

Com efeito, em parte devido à variedade de climas, de que goza a variedade de produtos do seu vasto território, existe entre as diferentes zonas econômicas do Brasil um movimento bastante

---

<sup>8</sup> Telegrama de Londres, 20 de julho de 1933, AHI 276/4164.

intenso de mercadorias de sua produção. Essas condições, que lhe são peculiares, explicam a razão pela qual no Brasil não existem problemas de habitação, alimentação e trabalho. Cumpre, ainda, acentuar que o poder aquisitivo da moeda brasileira no interior do país não só não diminuiu como, ao contrário, se fortaleceu. O custo de vida no Brasil é tão favorável que a redução de salários, conseqüente à crise mundial, não criou entre nós nenhum mal-estar social. (Assis Brasil, 2006, p. 224)

Não se conhecem as reações dos demais delegados a essa descrição tão positiva do bem-estar brasileiro no confronto com o desemprego e a depressão de rendimentos em vigor em quase todos os demais países, mas é provável que diversos deles tenham feito planos para visitar o Brasil em alguma ocasião futura. Em todo caso, o diplomata gaúcho confirmava a boa disposição do país em colaborar com os objetivos da conferência:

Como primeira demonstração dessa cooperação ativa à obra que aqui nos reúne, a delegação do Brasil já entregou à presidência deste congresso a sua adesão à resolução referente à trégua aduaneira e sente-se feliz em poder declarar que, embora a renda dos impostos aduaneiros brasileiros represente pouco mais de um terço do valor de nossas compras no exterior, a delegação está pronta a examinar num espírito de colaboração, qualquer proposta tendente à redução de tarifas, mediante a conclusão de acordos bilaterais e de reciprocidade, dentro da cláusula de nação mais favorecida, ressalvadas, naturalmente [mais uma vez a condicionalidade], as necessidades essenciais do fisco, o mínimo de proteção indispensável devida às atividades agrícolas e industriais do país. (Assis Brasil, 2006, p. 224)

O chefe da delegação confirmava, finalmente, que, tendo adotado uma política comercial “baseada precisamente nas recomendações do Comitê Econômico da Liga das Nações”, o Brasil já vinha atuando nessa mesma linha:

De conformidade com essa política, o Brasil celebrou, em menos de dois anos, vinte e cinco tratados de comércio e tem-se oposto sempre a qualquer interpretação tendente a desvirtuar a cláusula de nação mais favorecida. Eis porque ele é contrário ao regime de quotas de importação, qualquer que seja a sua modalidade e eis porque, também, recusou-se a aceitar as diversas propostas de acordos para compensação de créditos. (Assis Brasil, 2006, p. 225)

Este último ponto, que colocava o Brasil na mira de vigilância dos Estados Unidos, já preocupados com os avanços que a Alemanha começava a

fazer nessa direção, tinha o apoio do ministro Oswaldo Aranha, na Fazenda (e depois na embaixada do Brasil em Washington), mas seria contrariado logo adiante pelas propostas sedutoras de comércio compensado feitas pelo regime nazista e aceitas pelo Brasil, a despeito mesmo dos alertas que Aranha não cansava de formular desde a capital americana. Em telegrama do dia 21, Assis Brasil informava que tinha almoçado nesse dia “com Leonel e Anthony Rothschild, em sua casa bancária, na City”, e que o *Times* tinha publicado “trecho da declaração de 19 de junho, comentando-a simpaticamente” (Assis Brasil, 2006, p. 226).

Tendo Assis Brasil consultado por telegrama reservado, do mesmo dia, o ministro da Fazenda e o da Viação e Obras Públicas, José Américo de Almeida, sobre a “possível redução global, até 10%, das atuais tarifas”, da “limitação a 1,10% [do] direito de exportação” e da “abolição do subsídio à navegação, ressalvada [...], a cabotagem, [...] [e] também, o rio da Prata e o Paraguai, com trânsito para Mato Grosso”, Oswaldo Aranha lhe solicitou, dois dias depois, maiores esclarecimentos sobre a segunda proposta, nada tendo a opor aos dois outros itens (Assis Brasil, 2006, p. 226-227). Nesse mesmo dia 23, Assis Brasil anunciava a apresentação da proposta brasileira sobre o café, cujo texto já tinha sido publicado nos jornais brasileiros, tendo a delegação encaminhado o documento às agências telegráficas; no mesmo expediente, informava que o “*Financial Times* e o *Financial News*, ainda hoje publicam informações e comentários favoráveis sobre a situação econômica e financeira do Brasil”, comunicando ao final que tinha almoçado, “na intimidade, com Walter Runciman [ministro britânico do Comércio], presidente do *Board of Trade*, em sua casa particular e a seu convite, tendo com ele iniciado conversação sobre nossas relações comerciais” (Assis Brasil, 2006, p. 228).

A proposta brasileira sobre o café, preparada originalmente pelo Departamento Nacional do Café, depois de circular como simples memorando, não se reduzia mais a um simples projeto de resolução, ou a uma mera sugestão de parágrafo adicional em algum rascunho de declaração final, mas foi convertida em uma proposta completa de “convenção internacional sobre o café”, constando de nove artigos otimistas comprometendo solidariamente países produtores, exportadores e consumidores de café com medidas ativas de controle da produção, de redução da oferta e de cooperação na “melhora dos preços”, ou seja, em seu aumento. Os redatores do projeto de convenção podem ter trabalhado no melhor espírito de cooperação benévola entre países participantes da economia mundial do café, mas o grau de ingenuidade

diplomática implícita na proposta brasileira justifica que sejam tornados mais explícitos os nove artigos da convenção em questão.

O preâmbulo da Convenção começava por afirmar que “o café é um dos produtos que tem grande importância no mundo internacional” (Ofício da Embaixada em Londres, 24/06/1933, contendo proposta sobre o café, p. 2), e que, “além disso, é um daqueles para os quais existe um excedente de produção e de estoques, que exige uma ação concertada especial”. Em outros termos, o Brasil propunha que todos os países presentes à Conferência Econômica Mundial de Londres concordassem em resolver um problema que ele mesmo tinha criado com a acumulação de excedentes exportáveis que não encontravam mercados, mas que continuava a aumentar a oferta potencial, não obstante os esforços de governos dos estados produtores e o próprio governo federal terem embarcado em medidas de erradicação de cafezais e de proibição de novos plantios. Mas o documento tem diversas outras propostas que tangenciam aquilo que os anglo-saxões chamam de *wishful thinking*.

O artigo primeiro buscava o compromisso de todos os países produtores e exportadores – constantes de uma futura relação anexa, naquele momento inexistente – com a defesa comum de sua produção equilibrada com o consumo, de modo a “não provocar o aumento da referida produção” (idem, p. 3). Mais ainda, os mesmos países deveriam se obrigar a “proibir em seus próprios territórios ou em outros que estejam sob sua dependência [ou seja, as colônias europeias], e durante o prazo de 3 anos, o replantio em cafezais existentes, bem como o plantio de novos cafezais”. Pelo artigo segundo, os países exportadores se obrigavam a “examinar a possibilidade e a maneira prática de reduzirem essa oferta, durante o prazo de 3 anos”, e pelo terceiro, todos os países que, “atualmente, embora produtores, não exportam café, comprometem-se a não se tornar exportadores [...] durante a vigência da presente convenção”. O quarto artigo ia no mesmo sentido, e se dirigia aos países não produtores, que deveriam obrigar-se a “não encorajar, ou fomentar, por qualquer forma [...] o estabelecimento dessa produção” (idem, *ibidem*).

Aprofundando o controle econômico da produção e mesmo dos processos de inovação, o artigo quinto da convenção pretendia obrigar todos os países, em especial os importadores, “a pôr em prática [...] medidas que impeçam qualquer tratamento menos favorável ao café do que aquele que porventura desfrutem os sucedâneos do café, ou as substâncias utilizadas na preparação desses sucedâneos, ou misturas semelhantes” (id.), o que oferecia uma demonstração cabal que, ademais do café, o Brasil pretendia até mesmo

exportar seu *know-how* em intervencionismo econômico, confirmando assim uma de suas mais constantes taras ideológicas. O artigo sexto visava meramente confirmar que a trégua aduaneira proposta sem muito sucesso pelos organizadores da conferência se estenderia igualmente ao café, durante a vigência da proposta convenção.

O artigo sétimo ia um pouco mais longe na determinação de compromissos pelos países importadores, comprometendo aqueles que mantivessem “medidas de caráter restritivo à importação [de café], tais como, proibições, suspensões e limitação global ou por cotas, a entrar em entendimento com os países exportadores para a abolição imediata, ou gradual, dessas restrições”. O artigo oitavo, o último substantivo, atuava no mesmo sentido, mas em direção de taxas e impostos de importação, dirigindo-se aos “países importadores que, atualmente, por direitos aduaneiros ou outras quaisquer taxas e impostos, gravam o café em importância superior ao valor desse produto em suas alfândegas”, para que eles “comprometam-se a entrar em entendimentos com os países exportadores, no sentido da redução imediata, ou gradual, de tais tributos” (p. 4).

O artigo nono, final, determinava, de forma otimista, a entrada em vigor da convenção “na data do encerramento da conferência” – ou seja, passando por cima de todas as leis internas dos países, e seus respectivos processos de ratificação de atos internacionais – “ou, ao mais tardar, em 1º de janeiro de 1934”, devendo vigorar “por 5 anos para os países produtores de café e pelo de 2 anos, para os países que forem, apenas, importadores desse produto” (idem). Tabulada oficialmente como documento da conferência em 14 de julho, a proposta recebeu o mais frio acolhimento por parte de todos os participantes: dos produtores, por temer mais uma manobra brasileira para valorizar a sua oferta; dos importadores, por não desejarem de fato assumir nenhum compromisso, num momento de baixa geral de preços, o que nesse caso beneficiava seus consumidores; todos eles argumentavam com as diferenças entre os vários tipos de café para justificar as dificuldades de administrar as medidas propostas pelo Brasil, ao passo que alguns se refugiavam nos objetivos “puramente fiscais” de suas alfândegas para não ter que se comprometerem com redução ou eliminação de tarifas e gravames. A Alemanha foi inclusive enfática na defesa dos sucedâneos, engajado que estava o governo nazista em tornar o país totalmente independente de qualquer oferta externa à produção nacional.

Finalmente, como para a maior parte dos demais assuntos, em 20 de



julho, a proposta brasileira para o café foi incluída numa “Lista dos assuntos para os quais se prevê a continuação dos trabalhos da Conferência”, publicada no diário do encontro em 28 de julho, às vésperas de seu encerramento melancólico. Em outros termos, o café recebeu, na conferência, a mesma atenção, ou falta de, que todos os demais assuntos inscritos em sua agenda, remetidos a uma improvável continuidade futura. O relatório dos trabalhos só foi concluído no início de novembro, tendo sido preparado, em sua feitura essencial, pelos dois delegados brasileiros encarregados das duas comissões em que se dividiu a conferência: a econômica, a cargo do cônsul Joaquim Eulálio (que tratou apenas e tão somente da proposta do café); e a monetária, a cargo do economista Numa de Oliveira, da secretaria da Fazenda de São Paulo, acompanhado do assessor Barboza Carneiro, que durante anos ficou encarregado de seguir os trabalhos técnicos da secretaria da Liga das Nações em Genebra. Atuou igualmente nessa comissão o assessor do ministro da Fazenda para assuntos das dívidas brasileiras, Valentim Bouças, personagem permanente do maior problema externo do Brasil durante a era Vargas.

## **6. A despeito do fracasso, uma nova tentativa de conferência mundial?**

Os resultados da conferência, como já se previa desde o início, foram reduzidos, senão inócuos, podendo ser sumarizados nos pontos seguintes: (a) um pequeno e temporário armistício tarifário, ainda assim permeado de exceções para uso dos países; (b) um acordo de quatro anos entre os produtores e detentores de reservas de prata no sentido de não descarregar estoques nos mercados, com o fito de manter o valor do metal; (c) uma simples resolução instando à cooperação entre os bancos centrais membros do BIS; (d) uma outra resolução preconizando negociações diretas entre países credores e devedores (o que contrastava com a atitude da Alemanha nazista, logo após a ascensão de Hitler ao poder, de repudiar todas as dívidas de Versalhes).

Nenhuma dessas recomendações tinha impacto na economia do mundo real, com exceção talvez, da segunda, que atendia basicamente preocupações dos Estados Unidos. O governo Roosevelt, ao desvincular o dólar do ouro, na cotação anterior de US\$ 21 por onça de ouro, obrigou ao mesmo tempo os particulares a se desfazerem de seus ativos em ouro, esperando com isso que os preços internos pudessem se recuperar, para ajudar agricultores e comerciantes em geral. Em outubro de 1933, a *Reconstruction Finance Corporation*,

uma das agências criadas sob o guarda-chuva do *New Deal*, foi autorizada a comprar ouro extraído nos Estados Unidos e do exterior a preços fixados de tempos em tempos; o presidente também autorizou a RFC, logo depois, a adquirir prata extraída nos Estados Unidos a um preço acima das cotações de mercado. O valor do dólar foi então fixado a US\$ 35 por onça de ouro fino. A desvalorização de mais de 40% foi oficializada em legislação passada em janeiro de 1934, que também previu a constituição de um fundo de estabilização cambial pelo valor total de US\$ 2 bilhões (Langsam, 1948).

Poucos países, se algum, preocuparam-se em atender às recomendações da conferência de Londres. O próprio Brasil comunicava, poucos meses depois, sua denúncia da trégua aduaneira, ficando livre, portanto, para aumentar suas tarifas, o que ele empreendia, mas de modo inédito, mediante uma nova pauta e tarifa aduaneira preparadas naquela mesma conjuntura de “trégua” pelos técnicos do ministério da Fazenda. Com efeito, mediante nota de 27 de novembro de 1933, passada em Londres, em francês, ao Secretário Geral da Liga das Nações em Genebra, o embaixador Régis de Oliveira comunicava que

[...] em função da denúncia, por diversos países, do acordo relativo à trégua aduaneira concluída em 12 de maio 1933, entre os países representados no Comitê de Organização da Conferência Monetária e Econômica [...] e visto que os trabalhos de reforma aduaneira do Brasil foram interrompidos pela sua adesão ao dito acordo, e considerando a necessidade de continuar os referidos trabalhos, meu governo decidiu retomar sua liberdade de ação, e me encarregou de vos declarar que ele se considera liberado de todas as obrigações decorrentes do dito acordo, a partir do prazo de um mês da data desta notificação.

De modo geral, o comércio internacional, a despeito da breve, mas não sustentada, recuperação no imediato seguimento da Grande Guerra, começou a ser cada vez mais travado por restrições quantitativas, por licenças de importação e outras medidas tarifárias e não tarifárias, ao passo que as moedas continuaram a ser depreciadas por políticas agressivas de desvalorização cambial e, na sequência da quebra da bolsa de Nova York e das crises bancárias do início dos anos 1930, por sucessivas suspensões da conversibilidade das principais moedas. Medido em termos de valor, o comércio internacional não só permaneceu estagnado, como inclusive recuou, como se pode depreender da tabela seguinte.

### Índices do comércio internacional, 1913-1938 (em dólares-ouro)

| Ano  | Índice valor | Ano  | Índice valor |
|------|--------------|------|--------------|
| 1913 | 73,5         | 1931 | 67,7         |
| 1924 | 109,4        | 1935 | 42,4         |
| 1929 | 100,0        | 1938 | 45,5         |

Fonte: Clough e Cole (1941 *apud* Langsam, 1948, p. 172).

De forma crescente, os países se recolheram na autarquia, alguns mais do que outros, uma vez que a autossuficiência se tornou artigo de fé em diversos países praticando formas extremas de nacionalismo econômico. Uma exceção a isso foi o esforço do Secretário de Estado Cordell Hull de começar a negociar acordos comerciais com reciprocidade tarifária, a partir de 1934, um processo que teve início tão pronto o Congresso lhe deu autorização para tal: em três ocasiões sucessivas, em 1934, em 1937 em 1940, o Congresso autorizou o presidente a “barganhar” acesso a mercados externos contra uma redução tarifária de até 50% nas alíquotas aplicadas à importação. Para isso, os Estados Unidos já tinham, inclusive, decidido estabelecer relações diplomáticas com a União Soviética desde o final de 1933, para onde seguiu, logo em seguida, o embaixador designado, William Bullitt, que se fez acompanhar por um dos poucos especialistas no país dos bolcheviques com que contava o Departamento de Estado, o jovem secretário George Kennan (Gaddis, 2011).

Ao mesmo tempo, no entanto, Mussolini – que já tinha elevado as tarifas sobre automóveis estrangeiros para perto de 100%, logo depois da promulgação da Smoot-Hawley em 1930, fechando, portanto, o mercado italiano aos carros americanos e protegendo a Fiat – declarava, em 1936, que todo o comércio exterior da Itália passava a ser “direta ou indiretamente uma função do Estado” (Mussolini, 1930 *apud* Langsam, 1948, p. 350), ao passo que Schacht, na Alemanha, convertido em ministro da economia de Hitler, decidia acelerar acordos comerciais de compensação, ou seja, de intercâmbio de bens na base da estrita reciprocidade, sem a utilização de divisas. Como na Itália, a economia foi reorganizada sob comando estatal e, no caso da Alemanha, a “economia de guerra” começou a funcionar desde 1936, com a decretação pelo Führer de um plano quadrienal que deveria tornar o país, ao seu término, totalmente independente de outros países no que se refere a produtos que poderiam ser produzidos pela sua indústria e com seus próprios recursos, ainda que fossem de substituição ou sintéticos. A despeito de Schacht ser ministro da economia, a execução do plano ficou sob a responsabilidade de um nazista,

o general Goering, que preferia canhões antes da manteiga; o banqueiro que, em 1923, tinha salvado a Alemanha da hiperinflação se opôs à “economia de guerra” e deixou o governo logo após.

Quanto às dívidas intergovernamentais, que não tinham sido objeto de debates em Londres, tampouco se falou muito delas no período subsequente. A moratória das amortizações das dívidas, proposta por Hoover (Bartlett, 1970), há muito tinha caducado, mas nenhum outro arranjo veio tomar o lugar dos acordos de Versalhes, ou do Plano Young, que permanecia teoricamente em vigor, mas sem qualquer pagamento adicional por parte da Alemanha nazista. Para estimular os países a entrarem em algum acordo quanto aos empréstimos devidos aos Estados Unidos, o presidente Roosevelt aprovou um esquema, em 1934, chamado *Debt Default Act*, que declarava insatisfatórios os pagamentos simbólicos aos Estados Unidos e que também proibia os países insolventes de efetuar novas emissões de títulos governamentais no mercado americano; no seguimento de sua implementação, porém, apenas um pagamento chegou da Finlândia e depois mais nada (Langsam, 1948).

O resto da década se arrastou de crise em crise, e de guerra em guerra, sem grandes mudanças no cenário depressivo do ambiente econômico, até a eclosão de nova catástrofe a partir de setembro de 1939. Com efeito, depois da invasão e da submissão da Manchúria pelo Japão, em 1931, e das aventuras abissínicas de Mussolini em 1935 e 1936 – para se vingar da humilhação sofrida em Adwa em 1895 –, foi a vez da Espanha entrar em guerra civil, em julho de 1936, seguida, um ano depois pela invasão do resto da China pelo Japão, conflitos discutidos inutilmente na Liga das Nações sem que qualquer ação efetiva fosse empreendida para coibir a ação militar – em vários casos com uso de armas químicas ou bombardeios indiscriminados contra populações civis – dos fascismos expansionistas e militaristas unidos no pacto anti-Comintern.

A Conferência de Munique, em setembro de 1938, na qual o destino da Tchecoslováquia foi decidido numa sórdida barganha entre Hitler e Chamberlain, sem que o próprio país fosse chamado a opinar sobre a amputação à que seria submetido pela anexação dos Sudetos à Alemanha nazista, representou a última reunião relevante entre grandes potências antes que o cataclismo militar se abatesse novamente sobre o continente, numa segunda edição da “guerra de trinta anos” como referido depois por Churchill como historiador. Logo após esse episódio, falou-se de um “Munique econômico”, que seria representado por uma nova conferência econômica internacional, even-

tualmente convocada para resolver questões pendentes da agenda econômica que tinham ficado inconclusas depois da fracassada conferência de Londres em 1933, e que continuavam a atormentar os países: comércio restringido por barreiras protecionistas e altas tarifas, pagamentos controlados por restrições aos fluxos de capitais e movimentos cambiais sempre perturbados por medidas unilaterais tomadas pelas autoridades nacionais em defesa de suas próprias moedas, e em detrimento de todos os demais.

A possibilidade de uma nova conferência econômica internacional era aventada, sem muita esperança, porém, na própria Liga das Nações, que o Brasil tinha abandonado desde 1926, mas de cuja agenda econômica e comercial ele continuava a participar por meio de observadores técnicos, eventualmente por algum diplomata acreditado para uma reunião mais importante, como era o caso igualmente com os Estados Unidos. À falta de uma delegação em Genebra, os assuntos da Liga eram seguidos pela legação do Brasil em Berna, que informava regularmente a Secretaria de Estado sobre o que andava sendo discutido na sede da organização.

Assim, em 24 de fevereiro de 1939, num ofício dirigido ao ministro de Estado interino, embaixador Cyro de Freitas Valle, sob esse exato título, o ministro Barros Pimentel informava que “[f]ala-se, há algum tempo, de uma conferência econômica mundial à qual os europeus dão o epíteto de ‘Munique econômico’”, ao que ele acrescentava logo em seguida: “Há um grande ceticismo quanto aos resultados a colher de uma tal conferência internacional. É evidente que o mundo não encontrará a sua estabilidade relativa senão quando as principais nações abram as suas portas ao intercâmbio com o estrangeiro. Mas daí a presumir que uma conferência resolveria o problema da economia mundial seria temerário asseverar” (Ofício 74, Berna, 24 de fevereiro de 1939, p. 1). As razões do pessimismo vinham expostas logo em seguida:

Antes de tudo existe a questão das matérias primas. A Alemanha, delas desprovida, pretende recuperar suas antigas colônias, mas mesmo assim, os Camarões, Togo e a África oriental [Tanganica, Zanzibar], não conseguiriam, no estado atual, fornecer mais de 3% das matérias primas de que carece o Reich. Os anglo-saxões estariam dispostos a conceder às nações pobres uma livre distribuição em troca de produtos [manufaturados] por motivo, especialmente, da falta de crédito na Alemanha, que não possui divisas. [...]

A Grã-Bretanha permanece ligada aos acordos de Ottawa. A França acha-se cada vez mais irredutível na ideia do seu império

colonial e as pequenas nações balcânicas ou da entente de Oslo, de contribuição limitada e lutando com dificuldades nacionais, não tem o prestígio necessário para executar um plano de tal envergadura.

Nessas condições, julgam os europeus, aventurar-se a convocar uma conferência econômica, seria sujeitar ao fracasso todas as iniciativas, de antemão sabidas e de realizações utópicas. (Ofício 74, 1939, p. 1-2)

Barros Pimentel referiu-se ainda à 8ª Conferência dos Chanceleres Americanos em Lima, em dezembro de 1938, no quadro da cooperação hemisférica, “convocada sob os auspícios dos Estados Unidos, que haviam tentado ultimamente constituir um bloco dos dois continentes americanos, [mas que] limitou-se a tomar decisões de princípio”. O representante em Berna defendia, então, a sua concepção do que era factível se fazer no plano das relações econômicas internacionais:

De modo diverso [a um encontro mundial multilateral], os acordos bilaterais, representam o primeiro impulso para uma colaboração universal, funcionam regularmente e de modo mais ou menos satisfatório. O tratado de comércio concluído em dezembro [de 1938] entre os Estados Unidos e a Inglaterra, o arranjo contratado entre a Rússia e a Itália, não obstante a adversidade do pacto antikomintern [sic], e os ajustes de troca similares da Polônia e os atualmente em estudos da Grã-Bretanha com os soviets, confirmam o êxito dos tratados bilaterais. O governo argentino, consta aqui, negocia também diretamente entendimentos desse gênero com os banqueiros de Nova York [sic]. (Ofício 74, 1939, p. 2)

E concluía, realista, Barros Pimentel, referindo-se à fracassada conferência anterior: “Os acordos bilaterais menos faustosos são certamente de maior realismo na hora atual, sem acarretar os resultados infelizes da conferência monetária de Londres de 1933” (Ofício 74, 1939, p. 2).

## **7. A caminhada para a guerra, sem novas conferências multilaterais**

Seis meses depois, a Europa perdia qualquer perspectiva de novas conferências multilaterais para mergulhar na segunda etapa da “guerra civil” iniciada em 1914 e que, junto com o militarismo japonês na Ásia, arrastou praticamente o mundo inteiro numa das mais destruidoras e mortíferas de

todas as guerras já conhecidas pelo gênero humano. Na verdade, tratava-se da conclusão lógica da “segunda guerra de trinta anos”, como sugerido por alguns historiadores, ou talvez até da terceira etapa da guerra iniciada em 1870 pela Alemanha contra a França pela dominação do continente, e talvez até, na perspectiva hitlerista, pela conquista da Eurásia, o pivô geopolítico do mundo, na visão de teóricos europeus. A penúltima etapa da caminhada europeia para a hecatombe foi constituída pelos encontros furtivos entre os principais líderes dos futuros contendores em Munique, antecedendo a dominação total de Hitler sobre a Tchecoslováquia e, após o pacto Ribbentrop–Molotov de agosto de 1939, o duplo esartejamento da Polônia.

Para o Brasil, a guerra só se tornaria real a partir de 1942, quando submarinos alemães passaram a torpedear navios comerciais ou de transportes de passageiros, assim como outras embarcações, nas próprias águas territoriais brasileiras, o que obrigou o país, juridicamente neutro até então, mas já simpático à causa das nações aliadas, a finalmente inclinar-se para o esforço de guerra, começando por emprestar bases na costa nordestina para as operações que os Estados Unidos empreendiam em direção do norte da África. Tal atitude corajosa deveu-se, em grande medida, ao chanceler Oswaldo Aranha, nisso distanciando-se de outros conselheiros ministeriais e militares do ditador Vargas, que mantinham, como aliás o próprio ditador, simpatias pelos até então “vencedores” do Eixo.

O Brasil foi o único país latino-americano a enviar tropas para as operações de guerra no teatro europeu – mais exatamente com forças integradas ao V Exército dos Estados Unidos, operando na Itália –, mais de dez anos depois que a conferência de Londres tentou desviar os futuros beligerantes de transformar em atos belicosos as divergências econômicas e a oposição de interesses nacionais demonstradas naquela malsucedida conferência multilateral. Depois da frustrada conferência de Londres, a próxima, e relevante, conferência econômica multilateral de que o Brasil participou foi, em julho de 1944, a de Bretton Woods, da qual emergiu a ordem econômica multilateral que moldou o mundo contemporâneo. Como em Londres, porém, na pequena cidade do New Hampshire, o Brasil continuou a defender limitados interesses econômicos sob a forma de demandas pela sustentação dos preços do café e de outros poucos produtos primários de exportação. O café ainda era o Brasil, e o Brasil era o café...

## Referências

BRASIL. Arquivo Histórico Diplomático do Itamaraty. Diversos maços das embaixadas brasileiras citadas no corpo do texto.

ASSIS BRASIL, J. F. *Assis Brasil, um diplomata da República*. Brasília: Funag, 2006.

BARTLETT, R. J. (Org.). *The record of american diplomacy: documents and readings in the history of american foreign relations*. New York: Alfred A. Knopf, 1970.

BEARD, C. A. (1934). *The idea of national interest: an analytical study in american foreign policy*. Chicago: Quadrangle Book, 1966.

BEMIS, S. F. *A diplomatic history of the United States*. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1965.

CLAVIN, P. *Securing the world economy: the reinvention of the League of Nations, 1920-1946*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

EICHENGREEN, B. *Golden fetters: the gold standard and the great depression, 1919-39*. New York: Oxford University Press, 1992.

FERGUSON, N. *A lógica do dinheiro: riqueza e poder no mundo moderno*. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GADDIS, J. L. *George F. Kennan: an american life*. New York: The Penguin Press, 2011.

JONES, D. S. *Masters of the Universe: Hayek, Friedman and the birth of neoliberal politics*. Princeton: Princeton University Press, 2012.

LANGSAM, W. C. (1943). *The world since 1914*. New York: MacMillan, 1948.

WAPSHOTT, N. *Keynes Hayek: the clash that defined modern economics*. New York: Norton, 2011.

WELLS, H. G. *The shape of things to come*. New York: MacMillan, 1933.